



Câmara Municipal  
de Botucatu - SP

## CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU

### CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

#### Cód. 05 – Procurador Legislativo

Considere o texto para responder às questões de 1 a 5:

Cientistas fazem mapa detalhado do fundo do mar da Antártida

Cientistas criaram o mapa mais preciso já feito das montanhas, cânions e planícies que compõem o fundo do oceano ao redor da Antártida.

Cobrindo 48 milhões de quilômetros quadrados, esse gráfico detalha, pela primeira vez, um novo ponto mais profundo — uma depressão situada a 7.432 metros de profundidade chamada de Factorian Deep. O conhecimento da forma do fundo do oceano é essencial para navegação segura, conservação marinha e compreensão do clima e da história geológica da Terra.

Mas ainda há muito a se aprender. Vastas extensões de terreno nunca foram devidamente observadas. O projeto Carta Batimétrica Internacional do Oceano Antártico (IBCSO, na sigla em inglês) levou cinco anos para criar a primeira tentativa de um mapa abrangente, publicado em 2013.

O IBCSO e outros projetos semelhantes em todo o mundo estão gradualmente preenchendo as lacunas do nosso escasso conhecimento sobre o fundo dos oceanos do mundo. Navios e barcos estão sendo incentivados a ligar rotineiramente seus dispositivos de sonar para obter medições de profundidade. Governos, corporações e instituições estão sendo instados a compartilhar dados e colocar o máximo possível em domínio público. E isso está rendendo frutos. O novo mapa cobre a área do fundo do Oceano Antártico até 50 graus ao sul. Se você dividir os 48 milhões de quilômetros quadrados em quadrados de grades de 500m, 23% dessas células passaram por pelo menos uma medição de profundidade moderna. Isso é uma grande melhoria em relação a nove anos atrás.

Anteriormente, o IBCSO começava a 60 graus ao sul, com menos de 17% das grades com medição moderna. “É preciso entender exatamente o que significa a mudança de 60 para 50 graus; nós mais que dobramos a área do gráfico”, diz Boris Dorschel, do Instituto Alfred Wegener da Alemanha.

“Assim, aumentamos a cobertura da área, mas também aumentamos a densidade de dados, porque, paralelamente, continuamos adquirindo novos dados”, disse ele à BBC News.

Grande parte da informação no gráfico vem dos navios quebra-gelo que apoiam os esforços científicos na Antártida, incluindo do antigo navio polar do Reino Unido, o RRS James Clark Ross. (No futuro, esta contribuição britânica virá de seu sucessor, o RRS Sir David Attenborough, carinhosamente conhecido como Boaty McBoatface.)

Em viagens entre o Continente Branco e países como Chile, África do Sul e Tasmânia, suas ecosondas pesquisam o terreno submerso abaixo. E essa atividade é cada vez mais coordenada, com organizações de pesquisa de diferentes nações trabalhando juntas para modificar um pouco as rotas seguidas por seus quebra-gelos.

Mapas mais detalhados sobre o fundo do mar são necessários por diversos motivos. Eles são essenciais para a navegação segura, mas também para a gestão e conservação da pesca, porque é em torno das montanhas submarinas que a fauna marinha tende a se reunir. Cada monte submarino é um núcleo de biodiversidade.

Além disso, o fundo do mar acidentado influencia o comportamento das correntes oceânicas e a mistura vertical da água. Esta é uma informação necessária para melhorar os modelos que preveem as mudanças climáticas futuras — porque são os oceanos que desempenham um papel fundamental na movimentação de calor ao redor do planeta.

“Também podemos estudar como o manto de gelo da Antártida mudou ao longo de milhares de anos apenas observando o fundo do mar”, explica Rob Larter, do British Antarctic Survey.

“Há um registro de onde o gelo fluiu e onde suas zonas de aterramento (lugares em contato com o fundo do mar) se estenderam. Isso está lindamente preservado na forma do fundo do mar”.

O novo mapa foi possível graças ao financiamento da Fundação Nippon do Japão e ao apoio do SeaBed2030, o esforço internacional para mapear o fundo do oceano da Terra até o final da década. No momento, nosso conhecimento de quatro quintos do terreno subaquático do planeta vem apenas de medições de satélite de baixa resolução que inferiram a presença de montes submarinos e vales profundos da influência gravitacional que essas características têm na superfície do mar.

A água se acumula sobre a massa de uma grande montanha submarina e afunda levemente onde há uma trincheira. Uma descoberta importante entre a primeira e a segunda versão do IBCSO é o reconhecimento do ponto mais profundo do Oceano Antártico. Trata-se de uma depressão chamada Factorian Deep no extremo sul da Fossa Sandwich do Sul. Ela encontra-se em profundidade de 7.432m. Isso foi medido e visitado pelo aventureiro texano Victor Vescovo com seu submarino Limiting Factor em 2019.

A natureza remota e muitas vezes inóspita do Oceano Antártico dificulta o mapeamento de seções substanciais do leito. Há grande esperança de que uma classe emergente de embarcações robóticas possa cumprir essa tarefa nos próximos anos.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-61729724>. Acesso em 07/08/2022. Texto adaptado.

1. A respeito do texto, julgue V, para verdadeiro; F, para falso e assinale a alternativa correta:
  - ( ) A depressão Factorian Deep, situada a 7.432 metros de profundidade, é a maior depressão existente no Oceano Atlântico.
  - ( ) Cientistas criaram o mapa mais preciso já feito das montanhas, cânions e planícies que compõem o fundo do oceano ao redor da Antártida.
  - ( ) Grande parte da informação no gráfico vem dos navios quebra-gelo que apoiam os esforços científicos na Antártida, incluindo do antigo navio polar do Reino Unido, o RRS James Clark Ross.
  - ( ) O novo mapa foi possível graças ao financiamento da Fundação Nippon do Japão e ao apoio do SeaBed2030, o esforço internacional para mapear o fundo do oceano da Terra até o final da década.

A) V, F, F, F.  
B) F, V, V, V.  
C) V, F, V, V.  
D) F, V, V, F.
2. Considere o seguinte trecho: Além disso, o fundo do mar **acidentado** influencia o comportamento das correntes oceânicas e a mistura vertical da água. Esta é uma informação necessária para **melhorar** os modelos que preveem as **mudanças** climáticas futuras — porque são os oceanos que desempenham um papel fundamental na movimentação de calor ao redor do planeta”. Os termos “acidentado”, “melhorar” e “mudanças” podem ser melhor substituídos, sem perda significativa de sentido, no contexto em que se apresentam, respectivamente, por:
  - A) danificado, fomentar e reflexões.
  - B) distorcido, reformular e realocações.
  - C) remodelado, identificar e delimitações.
  - D) irregular, aprimorar e alterações.
3. Considere o seguinte trecho: Anteriormente, o IBCSO começava a 60 graus ao sul, com menos de 17% das grades com medição moderna. **“É preciso entender exatamente o que significa a mudança de 60 para 50 graus; nós mais que dobramos a área do gráfico”**. O uso de aspas, no trecho grifado e no contexto em que se apresenta, justifica-se por tratar-se:
  - A) um estrangeirismo.
  - B) da fala de um entrevistado.
  - C) da citação de uma obra literária conhecida.
  - D) de uma gíria.
4. Considere o seguinte trecho: **“Assim**, aumentamos a cobertura da área, mas **também** aumentamos a densidade de dados, **porque**, paralelamente, continuamos adquirindo novos dados”, disse ele à BBC News”. Os termos “assim”, “também” e “porque” possuem valor semântico, respectivamente, no contexto em que se apresentam, como:
  - A) modo, oposição e restrição.
  - B) causa, finalidade e interrogação.
  - C) subtração, injunção e alternância.
  - D) conclusão, adição e explicação.
5. Considere o seguinte trecho: “Anteriormente, o IBCSO **começava** a 60 graus ao sul, com menos de 17% das grades com medição moderna. **“É preciso entender** exatamente o que **significa** a mudança de 60 para 50 graus; nós mais que dobramos a área do gráfico”, diz Boris Dorschel, do Instituto Alfred Wegener da Alemanha”. Os verbos “começava”, “entender” e “significa” encontram-se conjugados, respectivamente, no:
  - A) Pretérito Perfeito do Indicativo, Particípio e Pretérito Perfeito do Indicativo.
  - B) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo, Gerúndio e Pretérito Imperfeito do Indicativo.
  - C) Pretérito Mais-que-Perfeito do Indicativo, Imperativo e Futuro do Pretérito do Indicativo.
  - D) Pretérito Imperfeito do Indicativo, Infinitivo e Presente do Indicativo.
6. Em relação ao cabimento do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.
  - A) Se coletivo, pode ser impetrado por Partido Político com representação no Congresso Nacional.
  - B) Somente pode ser impetrado por brasileiros natos.
  - C) Não poderá ser impetrado por pessoa jurídica.
  - D) É cabível em razão da ausência de norma regulamentadora de direito ou liberdade fundamental.

7. No âmbito da Lei do Mandado de Segurança é **incorreta** a opção.
- A) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
  - B) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.
  - C) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.
  - D) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
8. Quanto ao mandado de segurança e sua disciplina jurídico-processual, assinale a opção correta.
- A) Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste as informações.
  - B) A decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar liminar em mandado de segurança está sujeita ao reexame necessário.
  - C) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
  - D) Por decisão motivada, a inicial será indeferida quando não for caso de mandado de segurança ou lhe faltarem alguns dos requisitos legais, ou mesmo quando decorrido o prazo legal para a sua impetração, hipótese em que caberá agravo de instrumento da decisão do juízo de primeiro grau.
9. É correto afirmar que:
- A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano nos termos da lei civil, permitindo-se ao magistrado, na análise do caso concreto, dispensar o requisito da pré-constituição nos termos previstos na Lei do Mandado de Segurança.
  - B) Uma vez apresentados, os processos de mandado de segurança e seus respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive o de habeas corpus.
  - C) Nas ações de mandado de segurança, denegada a segurança pelo juízo de primeiro grau, a lei impõe o duplo grau de jurisdição obrigatório como garantia do interesse público.
  - D) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
10. Considerando as disposições do Código de Processo Civil, é correto afirmar que:
- A) Não cabe apelação da decisão judicial que versar sobre tutela provisória.
  - B) Não cabe embargos de declaração para corrigir erro material de decisão judicial.
  - C) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
  - D) Nos termos legais, o amicus curiae não é terceiro interveniente no processo.
11. Considerando as disposições do Estatuto da Cidade, assinale a alternativa correta.
- A) Em relação ao IPTU progressivo no tempo, a majoração da alíquota, pelo prazo de cinco anos consecutivos, não excederá, a cada ano, duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.
  - B) A desapropriação urbanística com pagamento em títulos da dívida pública não é sancionatória pois tem como pressuposto a utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/41.
  - C) O Estatuto da Cidade não dispôs acerca do direito de superfície, aplicando-se, no caso de imóveis urbanos, unicamente as regras do Código Civil.
  - D) À luz da legislação urbanística brasileira, o direito de preempção confere ao proprietário de imóvel urbano a preferência de aquisição de bens pertencentes ao Poder Público municipal.
12. Em relação à Lei nº 6.766/79, é correto afirmar.
- A) Apenas os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo para se adequar às determinações legais.
  - B) O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições da lei federal, legislação estadual e municipal pertinente.
  - C) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
  - D) Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

13. No que toca à Lei dos Crimes Ambientais, assinale a alternativa **incorreta**.
- A) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
  - B) Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
  - C) Nas infrações penais ambientais, a ação penal é pública incondicionada e a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.
  - D) Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida não é considerado crime ambiental.
14. Em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a opção **incorreta**.
- A) A unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
  - B) Dentro do grupo das unidades de conservação de uso sustentável a área de proteção ambiental é em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
  - C) Os Parques Nacionais são unidades de conservação de uso sustentável e têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
  - D) As unidades de conservação são definidas em lei, mas sua criação depende de ato do Poder Público, ressaltando que sua desafetação ou redução de limites somente poderão ser feitos mediante lei específica.
15. Considere as disposições do Código Florestal Brasileiro e assinale a alternativa **incorreta**.
- A) Área de Preservação Permanente constitui-se em área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
  - B) Na implantação de reservatório d'água artificial destinado à geração de energia ou abastecimento público, não é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de 30 (trinta) metros e máxima de 100 (cem) metros em área rural, e a faixa mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros em área urbana.
  - C) É correto afirmar que as áreas de preservação permanente, em zonas urbanas ou rurais, delimitadas a partir das faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, deve possuir largura mínima de 30 metros, para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura.
  - D) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, sendo certo que tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos em lei.
16. Nos termos da Constituição Federal, em relação à propositura da ação popular é correto afirmar:
- A) Pode ser feita pelo Ministério Público.
  - B) Pode ser feita por qualquer cidadão.
  - C) Pode ser feita por um por cento do eleitorado nacional.
  - D) Pode ser feita por qualquer pessoa jurídica de direito privado.
17. Leis ordinárias e Leis complementares serão aprovadas, respectivamente:
- A) Por maioria absoluta e maioria simples.
  - B) Por maioria simples e maioria absoluta.
  - C) Por maioria qualificada e maioria absoluta.
  - D) Por maioria absoluta e maioria qualificada.
18. Não compete aos Municípios:
- A) Legislar sobre assuntos de interesse local.
  - B) Suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
  - C) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão o serviço de transporte coletivo.
  - D) Legislar sobre direito civil e direito do trabalho.

19. Nos termos da Constituição Federal:
- A) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, do respectivo Estado, bem como dos preceitos estabelecidos na Carta da República.
  - B) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, do respectivo Estado, bem como dos preceitos estabelecidos na Carta da República.
  - C) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, do respectivo Estado, bem como dos preceitos estabelecidos na Carta da República.
  - D) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um turno, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, do respectivo Estado, bem como dos preceitos estabelecidos na Carta da República.
20. Em relação ao processo legislativo é correto afirmar que:
- A) As medidas provisórias serão editadas pelo Presidente da República em caso de relevância ou urgência e serão submetidas de imediato ao Congresso Nacional.
  - B) A Constituição Federal não reconhece ao Procurador-Geral da República a iniciativa para a apresentação de projetos de lei.
  - C) Os projetos de lei de iniciativa popular federal deverão ser apresentados à Câmara dos Deputados.
  - D) As emendas à Constituição serão aprovadas por dois terços dos membros do Congresso Nacional em dois turnos de votação.
21. São princípios constitucionais expressos que informam a administração pública direta e indireta brasileira:
- A) Legalidade, moralidade, eficácia, publicidade e imparcialidade.
  - B) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
  - C) Impessoalidade, moralidade, transparência e autotutela.
  - D) Impessoalidade, publicidade, tutela, continuidade e eficácia.
22. Em relação às disposições constitucionais relativas à política urbana, assinale a alternativa que se afigura correta:
- A) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, será obrigatório para uma cidade com cem mil habitantes, e constituirá um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
  - B) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para as cidades com mais de cinco mil habitantes, e constitui um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
  - C) A política de desenvolvimento das cidades, executada pelo Poder Público estadual, conforme as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
  - D) A política de desenvolvimento urbano, executada pelos Poderes Públicos, conforme as diretrizes gerais fixadas no Estatuto da Cidade, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade para garantir o bem-estar de seus habitantes.
23. Nos termos da Lei nº 9.868/99, não pode propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- A) Procurador-Geral da República.
  - B) Procurador do Poder Legislativo municipal.
  - C) Mesa da Assembleia Legislativa.
  - D) Partido político com representação no Congresso Nacional.
24. Proposta no Supremo Tribunal Federal, a ação declaratória de constitucionalidade:
- A) Tem por objeto lei ou ato normativo estadual.
  - B) Tem por objeto lei ou ato normativo municipal.
  - C) Tem por objeto lei ou ato normativo federal.
  - D) Tem por objeto lei ou ato normativo estadual ou municipal.

25. Nos termos da Lei nº 9.868/99, é correto afirmar:
- A) Efetuado o julgamento, proclamar-se-á a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da disposição ou da norma impugnada se num ou outro sentido se tiverem manifestado pelo menos oito Ministros, quer se trate de ação direta de inconstitucionalidade ou de ação declaratória de constitucionalidade.
  - B) Que a decisão sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da lei ou ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos seis Ministros do Supremo Tribunal Federal.
  - C) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação apenas aos órgãos do Poder Judiciário.
  - D) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória.
26. Em relação aos tributos é correto afirmar que:
- A) A União não pode instituir contribuição de melhoria decorrente de obras públicas.
  - B) Os Municípios podem instituir imposto sobre transmissão causa mortis e doação.
  - C) À luz do texto constitucional vigente as taxas não poderão ter base de cálculo própria dos impostos.
  - D) É unicamente o fato gerador das taxas o exercício regular do poder de polícia.
27. Dentre as limitações constitucionais ao poder de tributar destaca-se:
- A) A vedação que recai aos entes federativos em relação à não instituição de taxas sobre patrimônio, renda e serviços uns dos outros.
  - B) A não vedação de cobrança de impostos com efeito de confisco no caso de aplicação de sanções decorrentes de infrações tributárias.
  - C) A vedação em instituir tratamento desigual entre os contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão da ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
  - D) A vedação em relação à exigência, mas não ao aumento, de tributo sem lei que estabeleça.
28. A proibição acerca da instituição de impostos sobre patrimônio, renda e serviços entre os entes federativos, extensível, inclusive, às autarquias corresponde a:
- A) Uma isenção tributária.
  - B) Uma exclusão de crédito tributário.
  - C) Uma anistia tributária.
  - D) Uma imunidade tributária.
29. Dentre os tributos municipais não se encontra:
- A) O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
  - B) O imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.
  - C) O imposto sobre os serviços de qualquer natureza, não compreendidos os previstos no âmbito da competência estadual.
  - D) O imposto sobre transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
30. Assinale a alternativa correta:
- A) Nos termos da Lei que institui as normas gerais de direito financeiro, os investimentos e as inversões financeiras correspondem às denominadas despesas de capital.
  - B) A Lei de Responsabilidade Fiscal aplica-se exclusivamente ao Poder Executivo dos entes federativos.
  - C) Acerca da suspensão e exclusão do crédito tributário, o Código Tributário Nacional veda expressamente a interpretação literal da legislação tributária que verse sobre tais assuntos.
  - D) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida por ato administrativo como necessária e suficiente à sua ocorrência.
31. Em relação à privação de direitos políticos, assinale a opção correta:
- A) A improbidade administrativa não é caso de privação de direitos políticos.
  - B) A condenação criminal transitada em julgado comporta suspensão de direitos políticos porquanto durarem os efeitos da condenação.
  - C) O cancelamento de naturalização não priva, definitivamente, o indivíduo dos direitos políticos.
  - D) O imperativo de consciência não é causa de privação de direito político.

32. O alistamento eleitoral e o voto são:
- A) Facultativos aos analfabetos.
  - B) Proibidos aos analfabetos.
  - C) Obrigatório aos maiores de setenta anos.
  - D) Obrigatório aos analfabetos.
33. A criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos no Brasil deve resguardar:
- A) O caráter nacional da instituição.
  - B) O funcionamento parlamentar.
  - C) A prestação de contas à Justiça Eleitoral.
  - D) O regime democrático.
34. O alistamento eleitoral consiste no reconhecimento da situação do eleitor e o habilita para o exercício da cidadania. Trata-se de um vínculo com o Estado a partir do qual pode-se aferir a capacidade eleitoral ativa e passiva da pessoa natural. Neste sentido, é correto afirmar que a inalistabilidade recai sobre.
- A) Os estrangeiros e conscritos, durante o serviço militar obrigatório.
  - B) Os idosos com mais de setenta anos.
  - C) Os analfabetos.
  - D) Os maiores de dezoito e menores de vinte e um anos.
35. Quanto à composição do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a alternativa **incorreta**:
- A) É composto por três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
  - B) É composto por dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
  - C) É composto por dois juízes nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
  - D) É composto por dois juízes dentre seis advogados de notório saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal e nomeados pelo Presidente da República.
36. Em relação às autarquias é correto afirmar:
- A) São pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica.
  - B) São pessoas jurídicas de direito público autorizadas por lei.
  - C) São pessoas jurídicas de direito privado autorizadas por lei.
  - D) São pessoas jurídicas de direito privado criadas por lei específica.
37. As sociedades de economia mista e as empresas públicas:
- A) São entidades administrativas que fazem parte da administração indireta e que por essa razão nos termos da Constituição são criadas somente por lei complementar específica.
  - B) Possuem, respectivamente, capital predominantemente público e integralmente público.
  - C) Integram a administração pública direta, sendo consideradas órgãos administrativos dotados de personalidade jurídica de direito privado.
  - D) Integram a administração pública indireta, sendo consideradas órgãos administrativos dotados de personalidade jurídica de direito público.
38. Quanto às desapropriações, assinale a alternativa correta:
- A) As desapropriações por necessidade pública não serão indenizadas em dinheiro.
  - B) Nos termos da Lei de Desapropriação a declaração de utilidade pública será feita pelo Chefe do Poder Executivo.
  - C) A competência para legislar sobre desapropriação é concorrente.
  - D) Os bens de domínio do Município não poderão ser desapropriados pela União.
39. Não é elemento do ato administrativo:
- A) A forma.
  - B) A presunção de veracidade.
  - C) A motivação.
  - D) A finalidade.

40. No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, a ação para a aplicação das sanções nela previstas, prescreve:
- A) em 2 (dois) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
  - B) em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
  - C) em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
  - D) em 10 (dez) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
41. Analise as afirmações abaixo à luz da Lei nº 8.429/92 e assinale a alternativa correta:
- I. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
  - II. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
  - III. A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos nesta Lei suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.
  - IV. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.
- A) Apenas a afirmação I está correta.
  - B) Apenas a afirmação III está incorreta.
  - C) Todas as afirmações estão corretas.
  - D) Todas as afirmações estão incorretas.
42. Analise as afirmações abaixo relativas à disciplina jurídica da improbidade administrativa assinalando a opção correta.
- I. Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
  - II. Na ação por improbidade administrativa não poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
  - III. Qualquer pessoa, desde que esteja com seus direitos políticos ativos, poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
  - IV. A condenação por ato de improbidade administrativa importa na perda dos direitos políticos.
  - V. Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- A) Estão corretas apenas as afirmações I e V.
  - B) Estão incorretas apenas as afirmações II e III.
  - C) Estão corretas apenas as afirmações II e IV.
  - D) Estão incorretas apenas as afirmações III e V.
43. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa assinale a alternativa **incorreta**:
- A) Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, cargo, emprego ou função, exceto por eleição.
  - B) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
  - C) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Tribunal de Contas competente, para as providências necessárias.
  - D) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente não está sujeito ao regime jurídico estabelecido na Lei de Improbidade Administrativa.
44. Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva:
- A) Configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito do agente público.
  - B) Configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
  - C) Configura ato de improbidade administrativa decorrente de concessão de benefício.
  - D) Configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

45. No âmbito da Administração Pública, o processo de contratação direta:
- A) Depende sempre da vontade do administrador.
  - B) Compreende os casos de dispensa de licitação prescritos nos regulamentos administrativos.
  - C) Depende sempre de situações emergenciais e da declaração de calamidade pública.
  - D) Compreende os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação previstos em lei.
46. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial:
- A) Nos casos de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
  - B) Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
  - C) Nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
  - D) Para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
47. É dispensável a licitação:
- A) Para a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
  - B) Para a contratação que tenha por objeto hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia.
  - C) Para a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
  - D) Para objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
48. Para a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde, a licitação é:
- A) Obrigatória.
  - B) Inexigível.
  - C) Deserta.
  - D) Dispensável.
49. Quanto ao processo administrativo disciplinar, previsto na Lei nº 8.112/90, é correto afirmar:
- A) O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de cinco servidores estáveis designados pela autoridade competente e, dentre eles, seu presidente que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior.
  - B) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá cento e vinte dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
  - C) A ação disciplinar prescreverá em dez anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
  - D) Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração, podendo o afastamento vir a ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
50. Em relação aos contratos administrativos é **incorreto** afirmar que:
- A) Em razão de sua peculiaridade, os contratos de que trata a Lei nº 14.133/21 regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, afastando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
  - B) A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.
  - C) O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.
  - D) O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei nº 14.133/21 confere à Administração, em relação a eles, dentre outras, as prerrogativas de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado e extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados em lei.